

Com relação aos direitos de acessibilidade previstos na Lei n.º 13.146/2015, julgue os itens seguintes.

18 Em atenção ao direito de acesso a informação, os canais de comercialização virtual e os anúncios publicitários veiculados na imprensa e nos demais veículos de comunicação devem disponibilizar recursos de acessibilidade, como subtítuloção por meio de legenda oculta, janela com intérprete de LIBRAS e audiodescrição, a expensas do poder público.

19 Projetos que busquem benefícios de recursos públicos, ainda que somente de renúncia fiscal, deverão estar de acordo com as normas de acessibilidade para serem aprovados.

20 As políticas públicas, desde sua concepção, deverão adotar o desenho universal, que, por sua natureza inclusiva, não comporta adaptações.

21 O recebimento de cobrança de tributo em formato acessível é garantido à pessoa com deficiência, mediante solicitação.

ALFAACON